**Século XVIII: A Glória de Inglaterra**

(páginas 31 – 47: *O impulso britânico; Obstáculos: a opressão, a corrupção, o imposto; Câmara dos Comuns: a publicidade das sessões; A Áustria e a Alemanha retardárias; Em França: filósofos contra gazeteiros; Fréron e Linguet; Os motivos do atraso francês; A posição dos Estados Unidos*)

 A imprensa conheceu um vigoroso desenvolvimento durante o séc. XVIII. É o tempo da primeira expansão das gazetas, dos periódicos de todo o género, o tempo em que o jornal entra nos hábitos das elites europeias e se torna indispensável para elas. Mas é apenas no fim do séc. XVIII que surge a expressão “quarto poder”. Esta deve-se ao publicista inglês Burke, o famoso adversário da Revolução Francesa e sobre a qual publicou *Reflexões* que ficaram celébres.

 Quando consideramos este século na sua duração, somos surpreendidos pelo contraste entre as Ilhas Britânicas, que constituem a terra de eleição da imprensa, onde após grandes esforços conquistou a sua liberdade, o seu espaço vital, e o “continente” que está em atraso, mesmo nos países mais desenvolvidos. A Grâ-Bretanha serve, portanto, de modelo, nos diferentes sentidos do termo e de um ponto de vista simultaneamente moral, político e económico, a todos os que, algures na Europa, vão lutar por obter progressivamente as mesmas vantagens.

 O ponto de partida da especificidade britânica é a abolição do *Licensing Act*, isto é, da autorização prévia, em 1695, decisão que certamente não suprime todo o arsenal de repressões possíveis, mas que, não obstante, marca um progresso decisivo. E é assim que a Grã-Bretanha vê nascer o primeiro diário do mundo ocidental: o *Daily Currant* (1702 a 1735).

 Porquê este desenvolvimento? Podem distinguir-se 3 causas principais, 3 elementos favoráveis que não ocorrem da mesma forma em França ou nos países germânicos. Primeiro, o vigor das lutas políticas em que se confrontam 2 partidos: os *Whigs* e os *Tories*; por outro lado, a existência de um público que não tem equivalente em qualquer outro sítio, nem pelas dimensões, nem pela curiosidade, nem pela cultura e, finalmente, o desabrochar de talentos excecionais que durante muito tempo servirão de referência em toda a Europa.

 Politicamente, mesmo se os liberais e os conservadores se reúnem para manifestar uma grande desconfiança relativamente ao povo e uma viva reticência perante a eventual democratização do sistema, cada um, uma vez que está em oposição para tal (é o único país da Europa que conhece então uma verdadeira alternância), tende a defender e a ilustrar a liberdade de expressão. Portanto, apoiando-se ora nuns, ora noutros, os jornais conseguem aumentar a sua liberdade de imprimir aquilo que desejam. Por outro lado, em reação a isto, desenvolve-se uma imprensa moralizante, que se afirma contra a imprensa de combate e que frequentemente é de uma violenta agressividade relativamente aos dirigentes em funções.

 Richard Steele e Joseph Addison, dois jornalistas *whigs*, dois pioneiros, dão a esta nova imprensa o seu esplendor total, especialmente ao publicarem, em 1709, o *Tatler*, ao qual se sucede, em 1711, o *Spectator*. Estes periódicos de renome são locais onde se pode falar livremente; com uma *nuance* de autozombaria que constituía, sem dúvida, uma proteção contra as censuras em que podiam incorrer devido a um eventual excesso de audácia.

 Este processo literário foca bem – e é o segundo elemento favorável à sua expansão – a natureza original do público que esta imprensa encontra neste país, nomeadamente em Londres. Este público foi formado pelos distúrbios políticos do séc. XVII e foi trazido pela expansão económica da Grã-Bretanha no séc. XVII e, principalmente, no séc. XVIII. O número de iletrados em Inglaterra é menor que no continente. As classes médias urbanas e mesmo populares têm o hábito de se reunirem nos cafés para ler em voz alta e comentar os jornais: está-se aqui perante a união entre uma civilização oral e uma civilização escrita.

 É nesta altura que se desenvolvem os “gabinetes de leitura”: podemo-nos tornar assinantes por um preço módico e ler folhas que, de outra forma, não teríamos meios para comprar.

 O terceiro trunfo desta imprensa é constituído pelos talentos originais que emergem ao servirem-na e ao servirem-se dela. Há um encontro entre o prestígio literário e o prestígio jornalístico. As notoriedades apoiam-se, simultaneamente, na publicação de livros e nos artigos dos jornais.

 São estes os 3 motores que explicam o desenvolvimento da imprensa britânica. No entanto, esta tem também que ultrapassar obstáculos não menos difíceis. É também necessário insistir neles, uma vez que mais tarde servirão de exemplo para outros países: processos judiciais, corrupção, impostos.

 Primeiro, os processos judiciais. Todo o século foi percorrido por um debate sobre as jurisdições que devem ser encarregues de julgar os delitos da imprensa. A história da imprensa inglesa está repleta de condenações espetaculares. Desta forma, o poder real pode sempre dar a impressão de que conseguiu pôr um ponto final no crime, mas este torna sempre a surgir com mais vigor. As punições são duras: a prisão, as multas e até mesmo o pelourinho. Em Londres, contudo, frequentemente a multidão, em vez de cuspir sobre o infeliz e de o injuriar, o aclamava, felicitava, celebrava. Foi o que aconteceu a Daniel Defoe em 1703, data importante na história da sensibilidade relativamente à imprensa em Inglaterra.

 Outra agressão governamental consiste em queimar os exemplares dos jornais (esta prática é retomada no séc. XX, nomeadamente na época dos nazis, seguindo um ritual sinistro ilustrado no filme de François Truffaut *Farenheit 451*.

 Esta batalha terminou em 1792 com o *Libel Act*. Doravante, o júri terá poder para julgar a difamação, uma das razões da expansão futura da imprensa britânica no séc. XIX.

 O segundo obstáculo é o da corrupção. Ao inventar a liberdade de imprensa, a Grã-Bretanha inventa também a venalidade (venal: que se vende ou pode vender; que se deixa corromper) dos escritores.

 Terceiro obstáculo: o imposto. O Governo esforça-se por recuperar, através do desvio de impostos, o dinheiro que concedeu à parte das jurisdições. É a Grã-Bretanha que inventa o imposto de selo, criado em 1712. É aqui que se encontra a controvérsia anteriormente invocada: é ou não desejável que o povo leia? Será saudável para o equilíbrio de um país que as classes populares estejam ao corrente dos pormenores da vida política e social? A maioria dos políticos acha que não, enquanto que, em vista disto, se denuncia com paixão o “imposto sobre o conhecimento”.

 O confronto, durante várias décadas, centra-se na importante questão da publicidade das sessões da Câmara dos Comuns.

 Se hoje em dia há uma noção que nos parece estar intrinsecamente ligada à noção de democracia, esta é realmente a da publicidade dos debates em que se confrontam os que foram eleitos pelo Povo.

 Durante muito tempo, não sendo as sessões públicas, os relatórios que são entregues à imprensa são muito sumários. Os próprios oradores comunicam aquilo que querem, com uma tendência natural para embelezar as suas próprias propostas e para apagar as críticas e os seus eventuais fracassos. Portanto, os jornais decidem fazer desta publicidade dos debates da Câmara dos Comuns um cavalo de batalha, de maneira a responder à viva curiosidade dos seus leitores e a conquistar novos.

 Na Áustria e nos principados alemães existe uma chapa de chumbo. Os príncipes alemães multiplicam por toda a parte os editos (decretos) que refreiam a imprensa.

 Durante a Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763) que opõe, por um lado, a Prússia e a Inglaterra à França, Áustria, Rússia, Suécia e, por outro lado, vários príncipes alemães, Frederico II (Prússia) utiliza sistematicamente os jornais para inundar os adversários com notícias falsas.

 O caso da França é mais complexo mas, no conjunto, também está atrasada em relação à Grã-Bretanha. A ausência de um Parlamento, no sentido britânico do termo, e da alternância de 2 partidos no poder foi importante, sendo necessário salientar que a distinção entre os livros e os periódicos, pelas elites políticas e literárias. Em geral são os livros, e não a imprensa, que esclarecem e promovem o pensamento dos filósofos. Quando falam em “liberdade de imprensa” referem-se à dos livros e não à dos jornais. No artigo intitulado “Jornalista”, Diderot acusa: “Em França existe agora uma multiplicidade de jornais. Descobriu-se que é mais fácil escrever sobre um bom livro do que escrever um bom texto, e muita gente sem valor optou por isso.”.

 O ódio que os Franceses tinham pela imprensa explica, em parte, a lentidão dos progressos da liberdade dos periódicos em França. Mas quando se afirmou isto, apenas se rejeitou o problema. Então, porque razão não é a imprensa mais viva e melhor considerada?

 É necessário recordar a grande importância dos jornais tradicionais, os jornais de privilégio, que encontrámos no séc. XVII e que se perpetuam até à Revolução Francesa: *La Gazette*, o *Journal des savants* e *Le Mercure*. Todas estas empresas continuam a ser bastante rendíveis, mesmo que tenham que pagar um imposto ao Governo. Temos que esperar por 1777 para ver publicar o primeiro diário francês: o *Journal de Paris*, que tem prudências excessivas para não condenar nenhuma autoridade em política interna e que, no entanto, é suspenso várias vezes.

 A isto junta-se uma segunda razão para o atraso francês: a ausência de confronto bipartidário e do poder de uma câmara dos representantes. Não só a liberdade de publicação, em termos jurídicos, não melhora nas primeiras décadas do século, como a repressão tende a aumentar (o desenvolvimento da profissão de censor é significativo).

 Durante a época colonial, as gazetas americanas eram medíocres simultaneamente devido ao facto de serem muito vigiadas e porque, sendo difícil a circulação de uma colónia para outra, o público potencial destes jornais era limitado e não permitia garantir uma prosperidade suficientemente grande, de maneira a atrair os grandes talentos.

 Desde o início da Guerra da Independência surge uma eflorescência de títulos que desempenham um papel importante. A Declaração dos Direitos do Estado da Virginia, que data de 12 de junho de 1776, proclama que “A liberdade de imprensa é um dos mais poderosos escudos da liberdade”. E a Declaração de Independência, datada de 4 de julho de 1776, inscreve esta mesma liberdade de imprensa entre os direitos inalienáveis do homem. No fim do caminho, em 1795, a primeira emenda da Constituição Americana proíbe o Congresso, no futuro, de adotar qualquer lei que limite a liberdade de imprensa.

 Em França, em 1775 – 1785, na alvorada da Revolução Francesa, assiste-se à lenta diminuição da oposição entre, por um lado, as classes dirigentes e os filósofos e, por outro lado, os gazeteiros. A Academia Francesa começa a acolher pela primeira vez jornalistas, sinal de que o desprezo se dissipa.

 Esta evolução prepara o artigo decisivo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de outubro de 1789: “A livre comunicação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Como tal, qualquer cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente, exceto nos casos determinados pela lei.